

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 455, DE 1999 (Substitutivo)

Proíbe a divulgação na imprensa dos nomes de devedores inadimplentes, antes de sentença judicial, e dá outras providências.

Autor: Deputado ENIO BACCI

Relator: Deputado FELIPE MAIA

EMENDA MODIFICATIVA

Sugere-se a modificação do art. 2º do Projeto em análise, a fim de que o art. 42, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor vigore com a seguinte redação:

Art. 42 -

§ 2º - É proibida a divulgação da condição de inadimplente do consumidor em órgão de imprensa, se a dívida não paga estiver sendo discutida judicialmente em processo de conhecimento ou monitório, até o trânsito em julgado da respectiva ação, ressalvadas as publicações em lei como forma de citação, intimação ou notificação.

JUSTIFICAÇÃO

Impõe-se a modificação da disposição acima, tendo em vista os conceitos processuais civis que permeiam a nossa legislação, os quais não podem ser modificados pela legislação consumerista.

Cabe à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, nos termos do art. 32, inciso IV, do Regulamento Interno da Câmara dos Deputados, avaliar os aspectos constitucional, legal, regimental e de técnica legislativa de projetos, emendas ou substitutivos sujeitos à apreciação da Câmara ou de suas Comissões.

Ainda nos termos da referida norma, art. 54, será terminativo o parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, **quanto à constitucionalidade ou juridicidade da matéria** (grifamos).

Assim, certo é que cabe a esta Comissão avaliar a conformidade da proposição com a Constituição Federal e com o Direito, compreendendo a legislação vigente, inclusive o Código Processual Civil, e os princípios aplicáveis, sem, contudo, se olvidar da harmonização das relações sociais.

Inicialmente, definem-se os conceitos de processo de conhecimento e de processo monitorio, a fim de justificar a inclusão destes termos no §2º do artigo 42.

Segundo o Professor Cândido Rangel Dinamarco, o processo de conhecimento pode ser conceituado da seguinte forma:

“Processo de conhecimento é uma série de atos interligados e coordenados ao objetivo de produzir tutela jurisdicional mediante o julgamento da pretensão exposta ao juiz ... O mais relevante dos fatores que o identificam e o diferenciam das demais espécies de processo é a sentença de mérito, que só ele é apto a produzir e aos outros, não.”¹

Assim, até que a demanda seja sentenciada, o que significa a finalização do processo de conhecimento, e que haja o respectivo trânsito em julgado, não há como se afirmar que a pretensão deduzida pelo Autor efetivamente represente a “verdade” e que se possa, conseqüentemente, divulgar informações ou dados desta pretensão em órgão de imprensa.

Quanto ao processo monitorio, o eminente professor conceitua-o da seguinte forma:

“O processo monitorio é um processo destinado a oferecer a satisfação de direitos não amparados por título executivo judicial ou extrajudicial, sem o necessário julgamento do mérito.”²

Diferentemente do processo de conhecimento e do monitorio, no **processo executivo** não há o julgamento da pretensão do exeqüente (cognição e instrução probatória), mas sim um título executivo judicial ou extrajudicial pré-constituído, ou seja, no “processo executivo já de antemão se sabe que a tutela consistente na satisfação de um direito somente poderá ser concedida ao exeqüente e jamais ao executado; ou se concede àquele ou a ninguém”³.

Assim, se o credor tem seu crédito expresso em título executivo judicial ou extrajudicial, a lei processual lhe confere a prerrogativa de executar o patrimônio do devedor, caso este, espontaneamente, não cumpra o dever de prestar aquilo que se comprometeu, ou seja, o credor somente estará legitimado ao processo de execução se a inadimplência do devedor estiver consubstanciada em **dívida líquida e certa**.⁴

Logo, a divulgação da condição de inadimplente do consumidor em órgão de imprensa, **relativamente ao processo de execução**, não deve ser proibida, **já que há certeza quanto ao débito**, na forma da lei. E, caso a redação do §2º do artigo 42 seja

¹ DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de Direito Processual Civil**. Vol. III. São Paulo: Malheiros, 2005. pp. 29.

² *Idem Ibidem*, pp. 741.

³ *Idem Ibidem*, pp. 32.

⁴ NERY JR, Nelson Nery e Rosa Maria de Andrade Nery. **Código de Processo Civil Comentado e Legislação Extravagante**. 10ª Ed. RT: São Paulo, 2008. pp. 975.

mantida sem a modificação ora sugerida, entender-se-á que a proibição abrangerá também o processo de execução, o que, além de um contra-senso, relativamente à legislação vigente, representaria um estímulo à inadimplência rotineira, provocando, inclusive, o agravamento do risco-país.

Sala da Comissão, em 11 de novembro de 2008.

Arnaldo Faria de Sá
Deputado Federal – São Paulo